

Notas sobre coronelismo

Jarbas Maranhão

I

Os políticos, em nosso Brasil, sabem da influência e mesmo do poder dos chamados *coronéis* nos confrontos das eleições, pois que encarnam lideranças municipais ou regionais em razão da força econômica e do prestígio social de que dispõem, oriundos geralmente da propriedade territorial.

Já Antonil – em livro que mereceu destaque – anotara que “o ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos”.

Não era um nobre da Casa Real mas um fidalgo por outra ascendência – a de ser um senhor, um proprietário de terras, levando a vantagem – como observa Barbosa Lima Sobrinho – de apoiar-se a uma base sólida, que era a propriedade territorial, mais do que o favor ou as benesses da autoridade régia.

O *coronelismo* haveria de prender a atenção dos estudiosos de nossa vida política.

A chamada *Política dos Governadores* teve por base as oligarquias que dominaram o país por tantos anos e que se consolidaram com o auxílio dos núcleos rurais, dominados pelos apelidados *coronéis*.

Alberto Torres diz de uma *vegetação de caudilhagem* e que nossa organização partidária teve sólido apoio na política local.

Barbosa Lima Sobrinho observa que, “para manter a liderança, o *coronel* sente a necessidade de se apresentar como o cam-

Jarbas Maranhão foi Secretário de Estado, Deputado à Constituinte Nacional de 1946, Deputado Federal reeleito, Senador da República, Presidente do Tribunal de Contas de Pernambuco, Professor de Direito Constitucional, Integrante da Centenária Academia Pernambucana de Letras e da Academia Brasileira de Ciências Morais e Políticas.

peão de melhoramentos locais... e o prestígio político de que desfruta o habilita como advogado dos interesses municipais”.

E tudo traduzido – acrescenta – na observação de Victor Nunes Leal, numa hegemonia econômica, social e política associada à paixão pela terra, ao filhotismo de amigos e correligionários e acirrada disputa com os adversários.

O *coronelismo*, nesses termos, é uma fase da evolução de nossa história.

Não obstante as peculiaridades de nossas diferentes regiões, as transformações nos transportes e meios de comunicação, o avanço do urbanismo, o fenômeno, em sua essencialidade, continua, apesar das modificações propiciadas pelo decurso dos tempos.

Victor Nunes Leal – autor da obra clássica *Coronelismo, Enxada e Voto*, assim o define:

“O *coronelismo* é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público progressivamente fortalecido e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras”.

Dessa maneira, é em nossa estrutura agrária que se encontram as bases do poder privado e a força do privatismo é ainda alimentada pelo poder público, que, em função do regime representativo, de sufrágio amplo, não quer ou “não pode prescindir do eleitorado rural, cuja situação de dependência ainda é insustentável”.

E Victor Nunes Leal insiste:

“Desse compromisso fundamental ressaltam as características secundárias do sistema *coronelistas* como sejam, entre outras, o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos”.

Dono de terras, o *coronel* era igualmente dono dos *votos de cabresto*, força eleitoral que lhe emprestava prestígio político, resultante de sua condição de proprietário rural, de sua ascendência sobre a multidão de gente que o cercava.

E, como foi dito, tudo se resume no binômio: Senhor da terra e seus dependentes.

II

Por muitos anos, no interior de nosso país, o centro ou o destaque da vida política municipal foi o *coronel*, que exercia “ampla jurisdição sobre seus dependentes e a comunidade, verdadeiro árbitro de desavenças e de toda espécie de dissídios”.

Agregados, empregados, capangas, pequenos agricultores, trabalhadores rurais e pessoas outras que se beneficiavam de seus favores viam nele um benfeitor e assim o seguiam na política e o apoiavam nas eleições.

Para enfrentar o *coronel* da oposição (quando havia), o *coronel* situacionista buscava ter o apoio de autoridades, como o delegado de polícia, o coletor, diretores de hospitais e educandários e outros serviços públicos; e até dos sacerdotes, quando estes não faziam oposição.

Claro que o *coronelismo* de hoje não é o mesmo de outros tempos.

O social se transforma continuamente, modificando a fisionomia e a estrutura das cidades e dos campos.

Surgem novas situações, novos quadros econômicos e políticos, numa evolução de que resultam outros tipos de liderança e, simultaneamente, o enfraquecimento do prestígio ou poder dos *coronéis*; prestígio social e poder político nascidos de uma hegemonia, precisamente da concentração da propriedade rural.

O desenvolvimento – em seus aspectos político, econômico, social, educacional e quanto à cidadania – arrefece o *coronelismo*. Mas, em sua essencialidade, ele continua.

O *coronel* dono de terras pode ser agora o *coronel* dono de fábricas. O *coronel* da metrópole, no lugar do *coronel* do interior.

Ou, como observa Barbosa Lima Sobrinho: “Que importa que o coronel tenha passado a doutor? Ou que a fazenda se tenha transformado em fábrica? Ou que os seus auxiliares tenham passado a assessores ou

técnicos? A realidade subjacente não se altera nas áreas a que ficou confinada. O fenômeno do *coronelismo* persiste, até mesmo como reflexo de uma situação de distribuição de renda, em que a condição econômica dos proletários mal chega a distinguir-se da miséria. O desamparo em que vive o cidadão, privado de todos os direitos e todas as garantias, concorre para a continuação do *coronel*, arvorado em protetor ou defensor natural de um homem sem direitos”.

Existem outras manifestações de *coronelismo* como, por exemplo, a de, por acaso, detentores dos meios de comunicação social, rádio, televisão, jornais, revistas, que usam a imprensa no interesse próprio ou de suas inclinações políticas e não para o benefício da sociedade, no isento trabalho de informar, esclarecer, educar.

Há ainda a ação de homens sem espírito público, mas ricos de dinheiro – os *coronéis* do asfalto –, que compram votos dos socialmente desajustados, na periferia das grandes cidades, ludibriando as massas. E dos que procuram corromper lideranças locais, no mesmo objetivo da conquista de mandatos políticos.

Resta a esperança de que a paisagem humana e social vá se transformando e mudando e que mude ainda mais, para melhor, deixando para o registro histórico e sociológico o que até certo ponto e sob alguns aspectos ainda é o *coronelismo*.

III

Os *coronéis*, em toda parte, têm traços característicos, mas apresentam variações de mentalidade, conforme as regiões que habitam e o momento histórico de suas atuações.

Em excelente obra *Coronel Coronéis*, Marcos Vilaça traça o perfil de quatro deles, em Pernambuco: dois no Agreste e dois no Sertão.

E o cientista político e social Roberto Cavalcanti de Albuquerque, no mesmo livro, em magnífico estudo de substância interdisciplinar, aponta diferenças de comporta-

mento existentes no *coronelismo*, se bem que – como diz – o fenômeno sócio-político seja o mesmo na Zona da Mata, no Agreste e Sertão, exprimindo-se pelo exercício de uma autoridade, de um poder, de um domínio quase totais.

E acrescenta o admirável intelectual: “o que os distingue é o mundo que os cerca, diverso em suas paisagens, nos seus modos de produção, nos níveis de riqueza acumulada, nas molduras sociais, nos hábitos de viver, em algumas representações ideativas”.

A diversidade de costumes origina-se de certos fatos e circunstâncias.

Fato predominante para o coronel da Zona da Mata é a paisagem, o espaço, a terra úmida, os rios, a alternância de planícies, ondulações, colinas, os ondeantes canaviais, o verde das árvores frondosas, os bangüês, a riqueza do açúcar, com a qual mantinham alto nível de conforto, faziam viagens e construía as casas-grandes, as capelinhas, as senzalas e, depois, os sobrados urbanos.

Para o *coronel* do Agreste e do Sertão, a paisagem era e é outra, à medida que se penetra o interior, o clima semi-árido, a terra áspera, os rios secos, uma vegetação de arbustos, os mandacarus, o gado, os currais.

E nesse ambiente, outros seriam os hábitos, os costumes, os modos de encarar a vida.

Os *coronéis* teriam de ser mais providentes e econômicos que os da Zona da Mata. E teriam de apoiar e mesmo ter a iniciativa de providências geradoras de progresso.

E muitos o fizeram, ou para manter e ampliar o prestígio, ou por haverem sido tocados, consciente ou inconscientemente, do desejo de transformações, sem se aperceberem, muitas vezes, que as mudanças viriam a enfraquecer progressivamente o poder ou o domínio de que dispunham.

Dessa maneira se diferenciaram dos *coronéis* do açúcar, estes “mais conservadores e reativos, talvez porque mais conscientes do que poderiam significar, para eles, o desenvolvimento e a modernidade”.

Confrontando-os, em seu valioso estudo, Roberto Cavalcanti de Albuquerque mostra não só as semelhanças existentes entre eles, como as suas muitas peculiaridades. E escreve:

“Historicamente os senhores de engenho guardam, com relação aos *coronéis* do Agreste e do Sertão, a aura da ancestralidade, pois se anteciparam, por mais de dois séculos, a eles. Os *coronéis* do interior, contudo, prolongaram seu nome, prestígio e influência até pelo menos meados do séc. XX, tendo, portanto, sobrevivido por mais de meio século a seus precursores, os *coronéis* do açúcar... e reproduzem nas fazendas e pequenas cidades do interior os senhores de engenhos das casas-grandes da Zona da Mata e dos sobrados das maiores cidades do litoral dessa região”.

O sociólogo-antropólogo Gilberto Freyre, o historiador José Antônio Gonsalves de Mello Neto, o geógrafo e escritor Manoel Correia de Andrade e outros estudiosos, além do antes mencionado, demonstram em seus livros como os senhores de engenho se sentiam e se proclamavam a nobreza da ter-

ra, os *principais da sociedade* e até, sob esse aspecto, reconhecidos pelos poderes públicos, que os cumulavam de títulos nobiliárquicos.

Nas crises do açúcar, os *coronéis* da Zona da Mata não temiam se endividar, pois o importante para eles era preservar os altos padrões de seus hábitos de vida.

Os *coronéis* do interior, ao contrário, eram economicamente precavidos, até porque traziam sempre no espírito a ameaça das irregularidades do clima.

Viviam em casas medianamente confortáveis e com um sóbrio mobiliário. Não tinham a preocupação do luxo, muito menos de esbanjamentos.

Sua paixão era a terra, o crescimento da propriedade para o criatório e outras atividades que fossem possíveis.

Essas considerações servem para comprovar o que, de início, anotamos, ou seja, que o *coronelismo* tem os seus traços característicos, o prestígio, a influência, o poder, propiciados pela força econômica, mas que o fator geográfico e o momento histórico podem determinar diversidade de comportamentos e atuações peculiares por parte dos *coronéis*.